

A quem cabe a última palavra

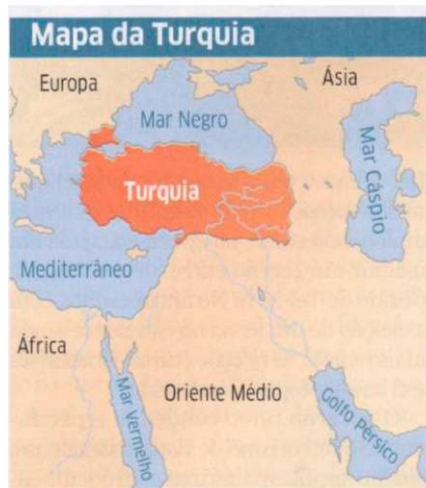
GEOPOLÍTICA | As potências aceitam a participação de novos atores no cenário internacional em temas ambientais e econômicos, mas não em questões estratégicas

POR EDILSON ADÃO CÂNDIDO DA SILVA, AUTOR DE *ORIENTE MÉDIO: A GÊNESE DAS FRONTEIRAS*, PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA FACULDADE ESAMC E DE GEOGRAFIA NO CURSO OBJETIVO (SANTOS E SOROCABA) E POLIEDRO (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS)

O período da Guerra Fria foi o momento em que mais se temeu o fim da humanidade. Com as ogivas nucleares acumuladas pelas duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética), pela primeira vez na história o homem atingiu a capacidade de destruição total. Foi um período ameaçador do "equilíbrio do terror", porém, não tão difícil de ser entendido: a bipolaridade das relações internacionais pautava sua compreensão. O momento atual certamente é menos ameaçador em termos globais, mas, inegavelmente, mais complexo. Afinal, qual é a ordem que sustenta o sistema internacional?

A crise nuclear envolvendo o Irã, e que inseriu Brasil e Turquia, é um belo exercício intelectual da conjuntura contemporânea. No episódio muito se falou na ação dos novos atores, na ascensão dos emergentes, mas, no final, prevaleceu a vontade da potência hegemônica. Mas não sem algum debate.

O Conselho de Segurança da ONU e seu seletíssimo "clube dos cinco" (aqueles dentre os 15 que têm poder de veto) seguem dando a última palavra em termos estratégicos e de defesa - ainda que alguns emergentes tentem participar das decisões de alcance global. E nesse contexto que tem de ser entendida a atual política externa brasileira e turca. No entanto, o que se lê dos acontecimentos recentes no teatro internacional é que as grandes potências aceitam a participação de novos atores no que diz respeito à economia e aos temas ambientais, mas não às questões estratégicas.



Na crise nuclear que envolveu o Irã muito se falou na ação de novos atores, mas prevaleceu a vontade dos EUA

De nada adiantou.
Amorim e Davutoglu, chanceleres de Brasil e Turquia, respectivamente, tentaram, mas prevaleceu a vontade da Casa Branca no caso do Irã

O CASO DO IRÃ

Brasil e Turquia ousaram proposições mais incisivas nessa seara por meio dos acordos de Teerã. As movimentações de Celso Amorim, Ahmet Davutoglu e Manucher Mottaki, os respectivos chanceleres de Brasil, Turquia e Irã, ganharam repercussão, mas, no final, fez-se valer o poder de manobra e persuasão da Casa Branca, que conseguiu convencer China e Rússia a aprovarem sanções contra o Irã. Sabe-se lá o que esteve em jogo para que as duas potências suspendessem o apoio que elas vinham há algum tempo dando ao regime dos aiatolás.

Experiências anteriores mostram que sanções e embargos não trazem paz ou estabilidade, mas, sim, ressentimentos. Vide o caso do Iraque. Diálogo é o que pode tornar as situações menos tensas e essa deve ser a função da diplomacia. Brasil e Turquia apresentaram-se como mediadores de um difícil diálogo entre o Irã e o Ocidente e não como apoiadores do país persa, como se quer fazer crer. A iniciativa foi reconhecida mundo afora. Ao contrário da mídia tupiniquim, a europeia saudou tal intento. Para ficar em poucos exemplos, o jornal espanhol *El País*, o norte-americano *Herald Tribune* e o francês *Le Monde* publicaram editoriais defendendo a posição do Brasil e da Turquia. Diante do inesperado êxito da iniciativa, o próprio *The New York Times* publicou um artigo criticando o recuo norte-americano de incentivar o diálogo. Por aqui, o que se viu foi um ataque à política externa brasileira, na maioria das vezes, com discursos evasivos. Tal postura põe em xeque a validade daquilo que querem firmar como ciência: as Relações Internacionais.



A GEOPOLITICA TURCA

Após os descaminhos que trilhou na Primeira Guerra Mundial, a Turquia moderna, fundada por Mustafa Kemal Atatürk, pretendia optar pela neutralidade. Mas 25 anos depois, no cenário do pós-Segunda Guerra Mundial, foi-lhe negada tal possibilidade: "os Estados Unidos precisavam do estratégico país na política de contenção soviética. Primeiro país beneficiado pelo Plano Marshall, o ingresso da Turquia na Otan foi praticamente uma imposição norte-americana. O alinhamento com a potência foi uma constante a partir daí, tanto é que os turcos tornaram-se os principais interlocutores de Israel com o mundo muçulmano.

A Turquia é um país de muitos inimigos históricos, fruto colhido durante o Império Otomano. Dentre esses inimigos estão armênios, gregos, persas, russos e os próprios árabes, entre outros. Contudo, os ventos soprados recentemente de maior autonomia turca apontam para uma era de reconciliação. Gregos e turcos estão negociando a sensível questão cipriota e encaminhando uma possível

reunificação da ilha. A Turquia também foi o primeiro país a se solidarizar com a crise econômica grega. Os árabes, que estiveram por oito séculos sob domínio turco, período em que os rancores foram aprofundados, olham para os turcos do século XXI com menos reticência. Ancara ganhou mil pontos no mundo árabe e muçulmano com o episódio da flotilha pró-palestina no Mediterrâneo, desastrosa iniciativa israelense que reacendeu a brasa local. A firmeza com que a Turquia reagiu a Israel, chamando os soldados judeus de "piratas", trouxe-lhe uma atmosfera de liderança regional. A delicada questão armênia também tem sido conduzida com tato pelo atual governo, o qual conseguiu, inclusive, o reatamento das relações turco-armênias que estavam corroídas há décadas.

No processo de unificação europeia, a Turquia é o mais antigo postulante ao ingresso no clube, mas que teve sua entrada sistematicamente postergada. Quando solicitou adesão, ainda em 1963, o bloco tinha seis integrantes. Hoje são 27 e a Turquia segue de fora do grupo.

Saiba Mais

Fontes sobre o tema

Livros

GUIMARÃES, Marcos Toyansk Silva. *Turquia: Dicotomias e ambivalências de uma possível potência regional*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2007.

SILVA, Edilson Adão C. da Silva. *Oriente Médio: A gênese das fronteiras*. São Paulo, Editora Zapt, 2010.

BANDERIA, Luiz A. Moniz. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro, Brasília, Funag, 2009.

Tal menosprezo, certamente, fez arrefecer os ânimos integracionistas da população, mas o governo do fundamentalista moderado Recep Tayyip Erdogan ainda faz do acesso uma prioridade.

CENÁRIO SUL-AMERICANO

Do outro lado do Atlântico, o "emergente" Brasil busca firmar-se como candidato a *global player*, contudo, enfrenta forte resistência à sua pretensão, inclusive interna. O ministro Celso Amorim é o segundo chanceler que ocupou o cargo por mais tempo. Perde apenas para o Barão do Rio Branco. Ministro no governo Itamar Franco e nos dois mandatos de Lula, Amorim colhe louros e críticas. Sem dúvidas, é nítida a maior presença brasileira no cenário externo. Hoje, ao lado da Rússia, Índia e China no grupo conhecido como BRIC, o País tornou-se credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e membro dos dois G-20: o decorrente da Conferência de Cancún e o novo fórum que gradativamente substituiu o G-8.

O Brasil vem defendendo a reforma do Conselho de Segurança da ONU e é postulante a um dos assentos permanentes, ao lado de Alemanha, Japão, Índia e África do Sul. Apesar da pretensão brasileira, igualmente é nítido observar a dificuldade que o País tem em se afirmar como liderança regional. Alguns episódios ilustram tal lacuna, como o insucesso em mediar a tensão entre Argentina e Uruguai por conta de duas fábricas de celulose finlandesas que o governo uruguaio pretende instalar no rio Uruguai, algo inaceitável para os argentinos, que estão à jusante do rio. O contencioso acabou por ter a mediação do rei Juan Carlos, da Espanha.

O mais recente distúrbio sul-americano envolvendo a Venezuela, do esquerdista Chávez, e a Colômbia, do direita Álvaro Uribe, demonstra a desconfortável posição brasileira no subcontinente. Esse acanhamento vem de longa data. O próprio Lula já demonstrou mais de uma vez que se sente mais confortável nos fóruns de resoluções globais, onde tem suas propostas apreciadas, do que em debates regionais, nos quais é comumente questionado por países nânicos. A criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) talvez seja um meio para consolidar, num futuro próximo, a pretensa liderança brasileira. No momento, o que se vê é um Brasil um tanto acuado depois do episódio do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya.



ADEM ALTIN/AFP

O País ainda precisa fazer valer sua geografia em relação aos vizinhos, supremacia que tem em todos os quesitos: territorial, demográfico, ambiental e econômico. Contudo, talvez lhe falte o peso militar, argumento tão eficaz para persuadir aliados e rivais. ●

Atatürk. Turcos defendem regime implantado pelo fundamentalista

Em Sala

Guia de atividades didáticas

Política Externa

Uma análise do conceito e da posição dos países emergentes no cenário internacional

Competências
Compreender as transformações dos espaços geográficos

Habilidades
Analisar a ação dos estados nacionais no enfrentamento de problema de ordem econômico-social

Atividades
1 Ótimo exercício para o professor realizar com os alunos é reproduzir o programa *Roda Viva*, da TV Cultura, com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim (junho de 2010), e organizar debates. O tema central é o Acordo Nuclear Irã-Brasil-Turquia, mas outros temas são discutidos. A gravação do programa pode ser adquirida junto à Fundação Padre Anchieta, mas também está disponível no site www.youtube.com.

2 Organize uma pesquisa com seus alunos sobre os países emergentes e o significado da expressão BRIC e da organização G-20. Com esses dois conceitos eles entenderão melhor o significado de "emergente." Oriente os estudantes a relacionar indicadores como Produto Interno Bruto, renda per capita, exportação, importação e comparar os indicadores dos emergentes com alguns países ricos.

BRIC. Ao lado do G-20, são fontes para entender os emergentes



ADRIANO MACHADO/AFP